

Santa Casa tem 24h para responder à Justiça sobre eleição da diretoria

Juiz da 10ª Vara Cível se fundamentou na carência de dados para barrar o pleito

Irmandade de Misericórdia de Campinas

Por Raquel Valli

A Irmandade de Misericórdia de Campinas, que abrange os hospitais Irmãos Pentecado e Santa Casa, tem 24 horas para responder à Justiça sobre informações essenciais para a disputa eleitoral da mesa diretiva da instituição. O pleito estava marcado para quinta-feira (30), mas foi suspenso na terça (28) pelo juiz Marcos Hideaki Sato da 10ª Vara Cível de Campinas, que, naquele dia, ordenou que a Irmandade exibisse em até 48 horas a listagem integral e atualizada de todos os integrantes com direito ao voto, contendo os registros fundamentais para contato e conferência de requisitos legais.

O magistrado se fundamentou na carência de dados necessários para assegurar a eleição entre os concorrentes.

A análise judicial apontou que a manutenção da data original traria danos ao exercício democrático interno, pois não haveria intervalo suficiente para o exame das planilhas ou retificação de falhas cadastrais. A ação - para suspender o pleito - foi feita por membros da irmandade, que entraram na Justiça sustentando falta de transparência e de acesso à informação.

Para integrantes do grupo Santa Causa, que integra uma das chapas na disputa e que foi quem entrou com a ação no Judiciário,



Integrantes do grupo Santa Causa, que integra uma das chapas na disputa e entrou com a ação

a decisão reforça a necessidade de mais clareza e organização no processo. “O que se busca é garantir um processo justo, com acesso às informações e condições equilibradas para todos os envolvidos”, afirma Paulo Aquino, candidato a provedor.

Rachadinha

A entidade é investigada pelo Ministério Público de São Paulo

(MPSP) por suposto esquema de “rachadinha” com vereadores, que teriam recebido de 10% a 20% dos recursos públicos que seriam destinados à instituição por emendas parlamentares impositivas. Desde outubro do ano passado, os vereadores de Campinas passaram a ter regras para efetivar o repasse de verbas de Emendas Individuais para entidades sem fins lucrativos da rede

complementar do Sistema Único de Saúde (SUS). A Prefeitura as decretou depois que o MP começou a investigar o suposto esquema da Santa Casa.

A investigação se originou de uma denúncia anônima feita por um funcionário da Câmara Municipal. De 2024 para cá, R\$ 25,6 milhões foram destinados por meio de emendas de 27 vereadores. De acordo com a nova

norma, até 40% dessas emendas poderão beneficiar entidades sem fins lucrativos. Os outros 60% devem ser alocados em serviços de saúde da Prefeitura.

Além disso, as verbas não podem ser usadas para o pagamento de funcionários, veículos e obras em 2026.

As entidades terão ainda que ter uma conta corrente específica para cada emenda, divulgando todas as informações no Portal da Transparência. Caso haja recursos remanescentes, eles terão que ser devolvidos ao Tesouro.

Obscuro

A atual gestão - no comando da entidade há 18 anos - se recusa a prestar contas detalhadas à população sobre a atual situação financeira da entidade. O último balanço financeiro disponível no Portal da Transparência é referente a 2023.

Em outubro do ano passado, a irmandade já não havia respondido ao **Correio da Manhã** sobre o montante atual da dívida, nem sobre a possível adesão à proposta de auxílio federal, articulada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, para salvar hospitais filantrópicos em crise.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a irmandade, mas até o fechamento desta matéria não recebeu posicionamento.

Leilão da Caixa tem imóveis com 40% de desconto

Reprodução/Fidalgo Leilões

Campinas terá sete imóveis disponíveis no novo leilão da Caixa Econômica Federal, que reúne 1.175 propriedades em todo o país com descontos que podem chegar a 40%. As oportunidades incluem casas, apartamentos e terrenos, com maior concentração na região Sudeste.

No estado de São Paulo, são 271 imóveis ofertados. Além de Campinas, há destaque para a capital (62 unidades), Ribeirão Preto (24) e Carapicuíba (12), o que reforça o peso da região no volume total do leilão.

Os interessados devem ficar atentos ao calendário: as propostas precisam ser enviadas até as 10h nos dias 11, 15, 18 e 22 de maio, conforme o edital e a etapa do pregão. Cada data corresponde a fases diferentes do leilão, o que pode influenciar diretamente nos valores mínimos de arremate.

Embora o número de imó-

veis em Campinas seja menor em comparação a outras cidades, especialistas apontam que oportunidades locais costumam atrair mais interesse por permitirem visitas prévias e melhor conhecimento da região, o que pode reduzir riscos para o comprador.

Como participar

Para disputar um dos imóveis, é necessário cumprir algumas etapas: Realizar cadastro no site da leiloeira responsável; consultar os editais nº 0016/0226 e 0018/0226; fazer cadastro prévio na plataforma de imóveis da Caixa; emitir o boleto da proposta dentro do prazo estipulado; após o envio da proposta e, em caso de arremate, o comprador deve seguir as orientações previstas no edital para pagamento e regularização do imóvel.

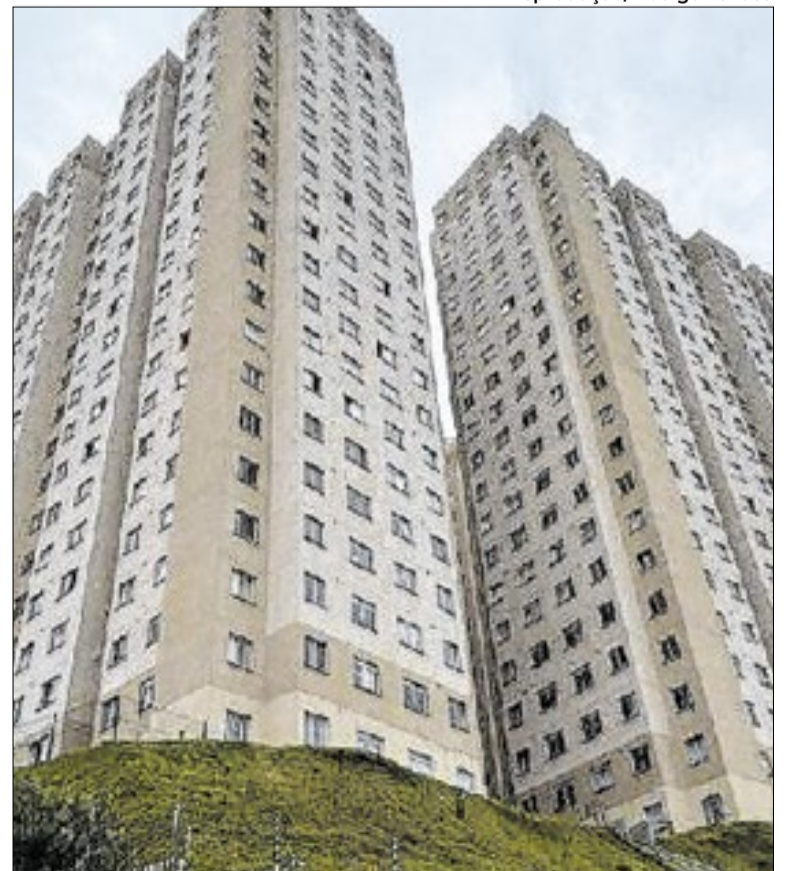
Um dos principais atrativos do leilão é a possibilidade de financia-

mento e uso do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), o que amplia o acesso para quem busca a casa própria.

No entanto, nem todos os imóveis aceitam essas condições. Por isso, é fundamental verificar as regras específicas de cada lote no edital, já que há casos em que o pagamento deve ser feito à vista.

Apesar dos descontos, a compra em leilão exige cautela. Entre os principais pontos de atenção estão: existência de ocupantes no imóvel; débitos pendentes, como IPTU ou condomínio; impossibilidade de visita prévia em alguns casos; essas informações costumam constar nos editais e devem ser analisadas com cuidado antes da proposta.

A Caixa reforça que não envia boletos diretamente aos participantes. Todo o processo deve ser feito exclusivamente pelos canais oficiais indicados nos editais.



Apartamento de Guaianazes, São Paulo, é leiloadado a R\$ 200 mil